

A virtude está no meio: entrevista com Paulo Sette Câmara¹

Em depoimento concedido em 2015 para um livro, Sette Câmara fala de sua vida familiar, a trajetória na polícia como investigador e delegado, e os desafios como gestor

Jésus Trindade Barreto Júnior
12 de maio de 2020

ARQUIVO/FBSP



Sette Câmara foi investigador da Polícia Civil, agente e delegado da Polícia Federal, e secretário estadual de Segurança do Pará e de Roraima

Aos 16 anos, Paulo Celso Sette Câmara já trabalhava como “protocolista” na Delegacia de Ordem Pública de Belo Horizonte (MG). Nascido em 1936, cumpriu o serviço militar obrigatório durante o processo eleitoral do presidente Juscelino Kubitschek, atuando na Polícia do Exército, e foi investigador da Polícia Civil de Minas Gerais por 16 anos. Em 1972 prestou concurso para agente da Polícia Federal. Graduado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), após o curso específico assumiu o cargo de delegado. Em 1979 foi nomeado secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, na fase em que o regime militar abria-se para a ordem democrática, permanecendo até 1983, aposentando-se logo após. Nos dois mandatos do governador Almir Gabriel (PSDB/PA), entre 1995 e 2002, retornou à secretaria. Sua trajetória é expressiva dos desafios enfrentados para a efetivação do diálogo democrático entre Estado e sociedade civil no Brasil.

PAULO CELSO SETTE CÂMARA: Sou de uma família tradicional de Minas Gerais, nascido numa vila próxima à Ponte Nova, mas tive uma educação primorosa no grupo escolar da minha terra. Fomos criados dentro de rígidos padrões morais, éticos e de respeito. Mudamos para Belo Horizonte quando tinha 12 anos e esquistossomose. Após o tratamento trabalhei numa indústria de caixa e cartonagem, onde fazia...

Pergunta: Ainda menor de idade?

Resposta: É, com 14 anos e carteira de trabalho assinada. Fiquei um ano e pouco no emprego, contrai uma pneumonia e perdi o trabalho. Consegui uma vaga na Delegacia de Ordem Pública pra ser protocolista e fazer um trabalho burocrático – registro de armas, atestados etc. Assim, ainda menor, aos 16 anos, comecei trabalhar na polícia. Ao completar idade, fui convocado para o serviço militar e servi na Polícia do Exército por pouco mais de 11 meses, exatamente no período da eleição do JK. Naquela época tumultuada a PE participou de operações incomuns, como a segurança do general comandante da ID/4 [Infantaria Divisionária] em seu deslocamento para Juiz de Fora para substituir o comandante da região, então contrário ao “contragolpe” militar que assegurou a posse de Juscelino. A PE, pra mim, foi extremamente importante, vivenciei situações interessantes e amadureci bastante.

Pergunta: Seu serviço foi na Polícia do Exército, que é uma espécie de corregedoria, né?

Resposta: Não, não, era tropa mesmo, aquilo...

P: Sim, mas ela tinha função de policial internamente.

R: De policial internamente. Mas não só isso. Éramos responsáveis pela segurança da residência do general, treinados para missões especiais e realizávamos rondas motorizadas.

P: Continuava trabalhando na delegacia?

R: Não queria perder o vínculo e, quando podia, aparecia por lá fardado, pois a PE não permitia andarmos à paisana. Ao dar baixa do Exército, reassumi a função [na delegacia], prestei concurso pra investigador de polícia e me formei na Escola de Polícia Raphael Magalhães. Por sinal, Jéssus, foi um curso evoluído pra aquela época. Lembro-me de uma questão de prova: “Como se fotografa uma impressão digital em fundo multicolor?”. Isso pra investigador de polícia em 1957. Nomeado, continuei na mesma área, atuando no controle e fiscalização de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos ou corrosivos, matérias-primas correlatas.

P: Essa delegacia é que se transformou, posteriormente, no chamado DOPS[i], não foi?

R: Sim, juntamente com as delegacias de Ordem Social e de Ordem Política. Fiquei por alguns anos e, como era jovem, fui designado para missões especiais, como promover um levantamento discreto sobre a consistência de denúncia levada à Assembleia Legislativa de que estaria em curso uma articulação para transformar a região do Contestado em mais um Estado.

P: No nordeste de Minas?

R: No nordeste, entre Minas e Espírito Santo. Foi meu primeiro serviço como investigador de polícia. Era um trabalho delicado, pois não poderia me identificar como policial e nem seria conveniente, pois, naquela região a violência era rotina e quem estaria por trás do tal projeto de criação do Estado era o temido Coronel Bimbim, de quem até hoje muita gente daquela região conhece histórias. Com uma boa história consegui coletar os dados mais importantes e elaborei um relatório que contribuiu para reduzir a boataria sobre o assunto. Outro desafio surgiu algum tempo depois, um trabalho também delicado. A primeira Liga Camponesa implantada fora de Pernambuco foi organizada em Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas, e fui designado com outro colega pra infiltrar, levantar e voltar com o relatório sobre a situação de lá. Conseguimos entrar no acampamento e levantar os dados sem incidentes. Na [delegacia do] DOPS atuei na equipe de segurança de dignitários, promovi treinamento de emprego de gás e comecei a estudar russo. Tempos depois, ainda lotado na Delegacia de Armas e Munições, me defrontei com uma situação de corrupção. Procurei o diretor – Fábio Bandeira – e solicitei transferência para o Departamento de Investigação. Recusei revelar o motivo: envolvia o delegado titular, um empresário e um coronel do Exército, e eu era apenas um “tira” que, simplesmente, não aceitara as regras do jogo. Disse apenas que não tinha condições de trabalhar lá. Ele, a contragosto, me liberou.

“ Aos 16 anos, comecei trabalhar na polícia. Ao completar idade, fui convocado para o serviço militar e servi na Polícia do Exército por pouco mais de 11 meses, exatamente no período da eleição do JK

P: Naquele tempo – só por curiosidade –, a nomenclatura do chamado “tira”, que é o investigador, era investigador ou era detetive?

R: No início era investigador, depois alteraram pra detetive. No DI [Departamento de Investigação] fui lotado no setor de captura da Delegacia de Vigilância Geral e, mais tarde, designado para a Patrulha Mista: uma radiopatrulha da guarda-civil, guarnecida por sargentos do Exército, Aeronáutica, PM e Bombeiros, chefiada por um investigador. Desta fui para a Delegacia de Jogos e Diversões, que naquela época era considerada a “boneca cobijada” por causa do jogo do bicho. O delegado titular era Edson Renault, que aceitou minhas objeções e me manteve num serviço interno, organizando o setor de diversões públicas. Foi nesse período que fui designado pra participar de um curso de segurança física de estabelecimentos industriais. Nunca soube como nem por quê; apenas “cantou” no boletim de serviços. Compareci às aulas no Departamento de Instrução da PMMG e fui o único “tira” entre alunos delegados e oficiais da PM. O curso foi ministrado por George [H.] Miller – da equipe que montou a segurança do Los Alamos quando produziram a bomba atômica. Era um profissional excepcional e deixou sua marca na área de segurança privada no Brasil. Ao receber o diploma, meu trabalho de conclusão recebeu elogio especial do George Miller e o representante do “Ponto IV”^[iii], presente ao ato, convidou-me para participar de um curso nos Estados Unidos. Pra mim foi um choque. Foi assim que em 1966, após três meses na Academia Internacional de Polícia em Washington, D.C., e mais um mês num curso de investigação criminal ministrado por agentes do FBI [Federal Bureau of Investigation], retornei. Fui lotado na Delegacia de Segurança Pessoal, e lá...

P: Eu acredito que, sobretudo essa parte do FBI, senão, as duas, tenha provocado um choque entre, vamos dizer assim, o estado da arte mais primitivo da sua experiência como investigador e algumas visões norte-americanas. Ou não é verdade isso?

R: É verdade, em especial na área de investigação criminal. E com referência à atuação da polícia na segurança pública, me foi muito útil mais tarde. Bem, voltei e, ao invés dessa experiência funcionar como um pontapé na minha carreira, meu chefe imediato, receoso de concorrência, me reduziu a “intimidador” da delegacia.

P: Tem essas coisas, né? Reduziu a ser intimidador.

R: Reduziu, mas não “berrei”. Depois me transferiu para o “rabecão” – transporte de cadáver. Até que um fato novo surgiu: um rapaz de família importante foi encontrado morto num local ermo. O caso teve grande repercussão e a apuração foi transferida para a [Delegacia de] Segurança Pessoal. O doutor Cid Nelson, que fora meu colega de curso de segurança privada, assumiu a delegacia e me designou pra investigar o caso, dando oportunidade de demonstrar o que aprendera. A partir da apuração desse fato, passei a integrar uma das equipes de plantão. Foi o período que me senti realizado como polícia, porque pra mim é o serviço mais fascinante: começar do zero no local de um homicídio e chegar à autoria! É um trabalho envolvente que não respeita horário, te afeta de uma maneira... sabe? É como se fosse uma disputa entre você e o autor. Chegando ao final sentia-me realizado. Não buscava promoção pessoal, nunca dei entrevistas nem usei o sucesso para prestígio pessoal! Modéstia à parte, fui um bom investigador de homicídios e apenas um caso ficou inconcluso. Mas três homicídios similares ocorreram em meus plantões. As investigações apontavam para policiais militares que se encontravam presos num quartel da PM. No desenrolar das pesquisas em busca de provas, fui surpreendido com uma requisição da Secretaria para integrar a equipe de “missões especiais” à disposição do doutor Fábio.

P: Fábio Bandeira, delegado assistente do secretário?

R: Correto. Éramos quatro e viajavamos muito para o interior! Numa dessas missões, em São Lourenço, assaltantes sequestraram uma Kombi e, na divisa com São Paulo, jogaram o motorista, espancado e manietado, numa encosta da serra. Por sorte conseguiram se soltar e pedir carona para retornar. Como era muito querido, houve um clamor grande e o delegado pediu ajuda. Colocaram uma Kombi com motorista à nossa disposição e seguimos os rastros até localizá-los. Como não podíamos prendê-los, pedimos auxílio à polícia local e uma equipe capturou os três bandidos. Porém, antes de nos entregar, literalmente “quebraram” os presos para confessarem o que haviam feito por lá. No caminho de volta compramos remédios para os primeiros socorros e minimizamos seu sofrimento até chegarmos a Passa Quatro, já em Minas, onde poderiam ser medicados. Como a notícia circulara, um grupo de motoristas nos aguardava na porta da delegacia e tentou linchar os bandidos, obrigando-nos a contê-los com armas na mão. Entregues ao delegado, fui surpreendido com a determinação do gabinete do secretário para meu retorno urgente a BH. O secretário de Segurança fora substituído pelo general Edmundo Adolpho Murgel, e eu nomeado oficial de gabinete! Não o conhecia e só mais tarde entendi o porquê: algum tempo depois fui intimado a comparecer à audiência de instrução e julgamento no processo em que eu e meus colegas figurávamos como acusados por abuso, lesões corporais etc.! Felizmente, ao fim da audiência a verdade prevaleceu e o juiz prolatou a sentença reconhecendo a legalidade de nossa atuação. Permaneci no gabinete até a saída do general, retornei para ao departamento e fui lotado na Inspetoria Geral do Corpo de Detetives.

P: E sua ida para a polícia federal?

R: Em 1972 prestei o concurso e fui pra lá.

P: Sai de investigador pra delegado da polícia federal?

R: Não, agente.

P: Agente ainda. E o seu curso de direito já estava acontecendo?

R: Já estava no final, faltava um ano. Saía do expediente, correndo, pegava o sopão na cantina da faculdade, assistia às aulas na [Universidade] Federal, corria pra casa e passava a limpo a matéria anotada numa folha de papel ofício dobrada, pois não dava pra comprar livros. Na época de prova, os colegas queriam cópia do meu caderno porque tinha o resumo das aulas...

P: Eu não sabia, achei que seu ingresso na polícia federal tivesse sido direto como delegado.

R: Fiz o primeiro concurso pra agente de Polícia Federal, fui da turma “sangue novo”.

P: Nisso a sua experiência policial já era bem consolidada, e o sofrimento todo, né? Já tinha Academia Nacional de Polícia?

R: Tinha academia, mas suas instalações eram acanhadas. Não havia alojamentos e cada aluno se virava. Nós – Agílio Monteiro, Renato Suretti, Fernando Eustáquio e Humberto Siqueira Magalhães – conseguimos o empréstimo de um alojamento provisório no Setor Indústria [em Brasília] e compramos filtro, fogareiro e colchão pra dormir no chão. Enfim, levamos uma vida dura. Tomávamos o ônibus pra Belo Horizonte às sextas e retornávamos domingo à noite. E já descíamos próximo à Academia, no Setor Policial Sul. Atualmente a ANP é bem instalada.

P: Mas como é que ficou a sua situação na polícia? Te deram licença lá?

R: Sim e direito a férias, prêmio.

P: Juntou férias, licença e foi fazer a escola?

R: Fui e a nomeação saiu em 3 de abril de 1973. Na época não tinha nada. Abro um parêntese para lhe contar um fato: contando com o dinheiro da bolsa assegurada pela ANP, chegamos os cinco completamente lisos. Colocaram-nos em forma e anunciaram que a bolsa só sairia três dias depois! Por ser o mais antigo cabia-me encontrar a solução. Lembrei-me que o doutor José Henriques Soares – que me admitira na Delegacia de Ordem Pública – era o chefe do gabinete do diretor geral da PF e liguei para ele; expus a situação e ele autorizou que eu passasse lá no fim do expediente. Ao saber que não tinha dinheiro pro ônibus, mandou seu motorista levar. Imagine, Jésus: primeira aula, do primeiro dia, numa sala com 150 alunos e, de repente, alguém abre a porta e grita: “Quem é Sette Câmara?”, “Eu”, e me levantei. “Olha, tem um portador do gabinete do diretor geral aqui...”.

P: Nossa, que moral! Ou está preso ou fez alguma coisa errada.

R: Primeiro dia de aula, rapaziada de todo o Brasil, você já viu a gozeira: “peixinho”, “amigo dos homens”... Junte minha altura e o cigarro de palha que então pitava, fiquei conhecido por todos. Pior. Durante o curso, em dezembro, o diretor general visitou a ANP e, ao final da solenidade e diante da turma, o doutor Zé Henrique me apresenta ao general e este me convida a passar o Natal em sua casa, caso não tivesse outra opção! Retruquei que lamentava, pois era casado, tinha cinco filhos e que minha mulher me esperava. E, se não chegasse a tempo...

“ Saía do expediente, correndo, pegava o sopão na cantina da faculdade, assistia às aulas na [Universidade] Federal, corria pra casa e passava a limpo a matéria anotada numa folha de papel ofício dobrada, pois não dava pra comprar livros. Na época de prova, os colegas queriam cópia do meu caderno porque tinha o resumo das aulas...”

P: A sua família estava em Belo Horizonte?

R: Sim, em Belo Horizonte. Com o salário da gente, não tinha... Passei o Natal em BH. Ao término do curso, a lotação dos aprovados dependia da classificação geral: os melhores colocados poderiam escolher o local que tivesse vagas. Felizmente, nós cinco fomos lotados na Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte.

P: Mas já foram designados para exercício profissional em Belo Horizonte?

R: Sim. Pra mim foi bom porque já conhecia o superintendente do período em que atuei na Secretaria de Segurança de Minas.

P: Foi secretário de Minas?

R: Sim, mas só bem mais tarde. Na época o coronel Amando Amaral era amigo do general Murgel. Assim, quando nos apresentamos ele já foi anunciando que iria me lotar na DRE [Delegacia de Repressão a Entorpecentes], para atacarmos o tráfico de drogas. Ponderei que não gostaria de trabalhar nessa área.

P: Então, não eram privativos dos delegados esses cargos, era tudo do Exército mesmo?

R: Ainda havia militares nas superintendências, estávamos em pleno regime militar.

P: Eles eram interventores de tudo, praticamente.

R: Então, fui pra lá, em [19]73; fui lotado na [Coordenação Geral de] Polícia Fazendária e assumi a Chefia de Operações, onde atuavam vários agentes do antigo DFSP [Departamento Federal de Segurança Pública]. Ao chegar à seção, fui logo anunciando que acabara de ser designado pra chefiá-los. E que entenderia o sentimento deles, por serem mais antigos de casa. Disse-lhes que tinha uma boa experiência e que sabia lidar com a situação, mas quem não quisesse trabalhar comigo... Todos saíram e fiquei sozinho na sala! O delegado titular não tinha nenhuma aptidão para o cargo e me deu carta branca para trabalhar. Então, chamei os quatro companheiros de curso e propus trabalharmos juntos. Em pouco tempo colocamos a SR [Superintendência Regional da Polícia Federal] em segundo lugar em apreensão de contrabando no Brasil; prendemos traficantes; e por aí vai. Nessa altura, fiz o curso na ANP e fui nomeado inspetor; pouco depois mudaram a denominação para delegado.

P: Mas exigia graduação em direito?

R: Claro! Transformaram o cargo de inspetor em delegado porque a função era a mesma, só a denominação era diferente. Tempos depois, o coordenador regional policial foi substituído pelo delegado Walter Dias, conhecido perseguidor de colegas. Sua primeira providência foi nos informar que o coordenador judiciário – que por sinal era o delegado mais antigo do DPF – era seu inimigo; exibiu um “dossiê” deixando claro que: “Comigo é assim, ou está comigo ou está contra mim”. E que não admitia que fôssemos amigos do seu inimigo... Incontinenti dei um passo à frente e deixei claro que, como meu chefe, devia a ele subordinação operacional, mas que minhas relações pessoais eram de minha alçada. Naquela altura já aprendera que se não “marcar posição” está frito.

P: Senão o sujeito monta, como se dizia na gíria.

R: Monta. Eu já tinha enfrentado o chefe da Fazendária em Brasília, ainda como agente...

P: Mas aí era um delegado recém-nomeado para a função contra um delegado que já era veterano....

R: É verdade, mas ele não era de enfrentar: era covarde e traiçoeiro, como demonstrara ao exibir o dossiê. Então, fiquei “em compasso de espera”. Nessa altura o coronel Moacyr Coelho, então diretor geral do DPF – que conhecera nossa luta pelo curso de acesso e meu trabalho na Fazendária já despertara sua atenção – foi a BH empossar o Walter Dias como superintendente! Ao visitar as instalações e adentrar a Fazendária, fez questão de demonstrar seu apreço por mim. Pouco depois, para não ficar exposto, aproveitei as férias do superintendente e requeri minha transferência para a Paraíba.

Ao chegar a João Pessoa fiquei surpreso por já ser conhecido. A imprensa noticiara que eu fora encarregado de apurar o homicídio do sobrinho do governador – um crime político envolvendo deputados, militares etc. Um colega do tempo da ANP comentara com alguém da imprensa que eu era experto em homicídios, fumava cigarro de palha etc. O fato é que, ao chegar, não tive nenhuma dificuldade pra alugar casa, comprar a crédito, pra nada, porque a todo lugar que eu chegava, ao me identificar... sabe? E o designado pra tal apuração foi outro colega de lá. O pior foi o desdobraimento. O disse-me-disse de que eu teria sido afastado porque ninguém queria a verdade etc. etc. Houve deputados me procurando em casa – um deles chegou a chorar e pedir pra eu assumir o inquérito, porque sabia que eu era capaz.

P: Porque também nisso tinha a sua história de investigador de homicídio.

R: Bem, na realidade assumi a Fazenda e comecei a trabalhar do meu jeito. Deu pra fazer um bom trabalho... Estava feliz e a família também. Mas o que é bom dura pouco: uma grande operação desmontara no Recife o Partido Comunista Revolucionário. E ocorreu uma série de problemas, com IPM [inquérito policial militar] presidido por delegado, juiz auditor se desentendendo com a 2ª Seção do 4º Exército e ambos com o superintendente da PF. Uma intervenção era necessária e o diretor geral determinou que eu assumisse as ações relacionadas a tal operação. E foi seu chefe de gabinete – Alceu Andrade Rocha, colega dos tempos do DOPS – que me apresentou ao superintendente e repassou as ordens do diretor. Meu primeiro passo foi tomar conhecimento do procedimento instaurado e fiquei feliz ao saber que já estava concluído e com relatório pronto. Como fora avocado pelo DG, com anuência do delegado que o elaborara, assinei e encaminhei. O passo seguinte foi o contato com o juiz auditor e o comandante da 2ª Seção. Deixei clara a minha posição: que os procedimentos subsequentes seriam baseados no Código do Processo Penal e que pautaria minhas ações rigorosamente dentro dos princípios legais. O juiz gostou e o coronel nem tanto. Prometi a ambos que os manteria informados. Pouco depois, o coronel comandante da 2ª Seção decidiu encaminhar para cada paróquia de Recife cópia de textos escritos por padres apreendidos na tal operação, acompanhados de um ofício por ele redigido e assinado por mim. Recusei assinar e liguei para o coronel Moacyr e ele determinou que assinasse. Ponderei, deixando claro o absurdo e, mais, uma ilegalidade que certamente traria problemas para mim. Ele insistiu e eu disse que assinaria “de ordem”, e que ele acompanhasse as consequências. Assinei! E, claro, a imprensa estampou a notícia de que haveria um processo contra mim. Comuniquei a notícia ao diretor geral e sugeri que se movimentasse, pois poderia vir uma ordem de prisão contra mim... Não sei o que fizeram, nem quis saber, mas as coisas se acalmaram. Foi então que tomei conhecimento do volume de documentos apreendidos e que haviam selecionados alguns que autorizariam novo inquérito. Como este incluiria dois padres católicos, achei prudente consultar o DG e este o ministro da Justiça. Fui convocado a Brasília, e ambos comparecemos à presença do Armando Falcão. Após ser inteirado da situação, deixou claro que o inquérito deveria ser instaurado “porque eram subversivos”. E perguntou-me se tinha condição de conduzir o inquérito sem criar problemas. Respondi que poderia concluí-lo em 15 dias, rigorosamente dentro da lei, desde que inibissem a intervenção do 4º Exército nas ações de minha alçada. Ele tomou um bloco de notas e determinou que escrevesse o que dissesse. Assustado, olhei para o coronel Moacyr, que sinalizou afirmativamente. E escrevi! Determinaram que retornasse ao Recife e aguardasse orientação.

Dias depois chegou às minhas mãos o texto que [eu] escrevera, com um despacho: “Autorizo, Geisel”. Assim, instaurei o inquérito, pois já tinha o que precisava e condições de requerer perícia grafotécnica. Ouvi os indiciados e tomei a cautela de encaminhar ofício ao Dom Hélder Câmara^[iii], solicitando a gentileza de mandar apresentar os dois padres com advogado, e quem mais ele achasse prudente, para serem ouvidos no inquérito policial instaurado a respeito do fato “x”. No dia aprazado, determinei que a comitiva fosse retida no *hall* da SR enquanto dois transeuntes fossem convidados para servirem de testemunha. Só então autorizei a subida dos convidados, advogados, imprensa e testemunhas. Um dos padres aguardaria em sala separada enquanto o outro fosse ouvido no Cartório, e todos os acompanhantes poderiam assistir à audiência. Solicitei ao padre a gentileza de fornecer os dados ao escrivão para a qualificação e, em seguida, exibí alguns documentos e perguntei se ele reconhecia o texto e se fora ele quem fizera as anotações complementares: “O senhor nega?”; [o padre] “Nego”; “O senhor escreveu?”; “Não, não, não, não, não”. Mandei encerrar o termo e pedi sua assinatura, juntamente com as dos advogados. Em seguida forneci papel e caneta e solicitei que escrevesse o texto que lhe ditaria. Com anuência do advogado, começou a escrever disfarçando o padrão de letra. Adverti que escrevesse em letra cursiva. Diante de sua resistência, convidei os assistentes e testemunhas para ver o comportamento do padre. O advogado confirmou a legalidade da exigência e o padre forneceu o material que precisava com as formalidades que a lei exige. Terminados os procedimentos, convoquei o outro padre e tudo correu como o primeiro. Ao final, todos saíram juntos até a porta da superintendência. Com o resultado da perícia, repeti a convocação e o cerimonial de recepção para que ambos fossem identificados criminalmente, o que foi feito sem incidentes. E o inquérito remetido à justiça federal, dentro dos 15 dias, sem pedido de prisão preventiva dos padres. São episódios que achei interessantes, importantes, porque, de fato, a coisa aconteceu dessa forma.

P: É muito interessante. E o inquérito teve essa conclusão?

R: Sim. Os padres posteriormente foram expulsos num procedimento próprio. Dentre a documentação apreendida, não sei como, chegou ao conhecimento do cardeal Avelar Brandão Vilela que havia um padre de sua circunscrição envolvido nas investigações. Por ordem do ministro da Justiça fui orientado pelo DG a prestar pessoalmente todas as informações à Sua Eminência. Em Salvador, tive de passar pela superintendência e o titular insistiu em ir comigo. Em lá chegando o cardeal nos recebeu muito bem. Perguntou-me se seria conveniente afastar o padre do trabalho que desenvolvia na diocese – ele sabia o nome – e o superintendente mais do que depressa adiantou que sim, pois se tratava de um subversivo! Maneei a cabeça e o cardeal quis saber o que eu achava. Deixei claro que o nome do padre surgira em informe relacionado a recolhimento de fundos para o Partido Comunista Revolucionário. Assegurei que até aquele momento não havia nada, nenhum documento que comprovasse a

participação de nenhum religioso ligado à sua área. E que poderia ficar tranquilo que, por determinação do ministro da Justiça, qualquer ocorrência nesse sentido lhe seria comunicada pessoalmente por mim.

“ O delegado titular não tinha nenhuma aptidão para o cargo e me deu carta branca para trabalhar. Então, chamei os quatro companheiros de curso e propus trabalharmos juntos. Em pouco tempo colocamos a SR [Superintendência Regional da Polícia Federal] em segundo lugar em apreensão de contrabando no Brasil; prendemos traficantes; e por aí vai.

P: Que ano?

R: Foi em [19]78, quando o [presidente da República] Figueiredo concedeu a abertura. Todos ficaram satisfeitos com o desfecho. Nessa altura ainda estávamos no final de revolução. Certo dia fui a Brasília levar um material para perícia e o coronel Moacyr determinou que participasse de um cursinho sobre “organizações subversivas”. Ponderei que não era minha área de atuação, mas não “colou” e fiz o tal curso, ministrado por um oficial do DOI[-CODI], daqueles radicais. E para mim era difícil aguentar suas aulas. Quando eu estava no tal curso o coronel Moacyr me convocou ao gabinete e comunicou-me que estava me designando para assumir a Secretaria de Segurança Pública do Pará!

P: Então, foi assim?

R: Assim. Pedi desculpas e retruquei que não iria. Que não conhecia ninguém no Pará. Ele insistiu que o coronel Alacid Nunes fora seu colega de turma, iria assumir o governo e precisava de alguém, e que tinha certeza de que eu daria conta do recado! Pedi tempo e passei a receber pressão da equipe para aceitar. Até que, novamente, fui chamado à sua presença e ele simplesmente mandou-me atender ao telefone; e eu atendi. Era o coronel Alacid Nunes, que ainda iria assumir o governo, designado pelo presidente Figueiredo. Ele só tomaria posse em março seguinte, mas queria que eu assumisse com urgência porque a situação lá estava dramática. E foi logo ordenando: “O senhor pega o avião – o chefe da Casa Militar do governador estará esperando no aeroporto – e vem direto pra cá, que eu estarei aqui com o governador em exercício”. E desligou o telefone. Ponderei, mas o DG insistiu: “Vá lá, diz que não quer...”. E naquela mesma tarde lá fui eu pra Belém do Pará. O coronel estava me esperando, e na manhã seguinte estávamos com os dois governadores.

P: Nunca tinha ido lá?

R: Não conhecia nada nem ninguém.

P: Eu imaginava que isso fosse decorrência da sua carreira de delegado.

R: Não. Eu nunca tinha estado lá. Não fazia ideia e nem passava pela minha cabeça assumir uma Secretaria de Segurança, ainda mais nessa situação. O governador acertou com o então secretário para almoçarmos juntos, fazer uma visita à Secretaria de Segurança e, ao terminar, que eu comparecesse ao seu gabinete e desse minha resposta. Assim foi feito. Almocei com o coronel Flayres, fomos à secretaria, pedi-lhe que não me apresentasse como o próximo [secretário], porque eu não tinha intenção de aceitar o encargo. Ele também achava que eu não ficaria, porque na sua concepção o cargo era só para militares, e eu era civil... Quando ele me apresentou à secretaria... Você não tem ideia do que era aquilo. Se descrever, não acredita. Você não tinha estrutura, não tinha organização, não tinha regimento interno, não tinha... Os poucos delegados de carreira não presidiam inquéritos – estes ficavam a cargo dos comissários! Acompanhando a rotina do secretário vi que seu chefe de gabinete trazia os despachos prontos para assinatura. Tentei alertá-lo para os riscos que corria, mas não tomou conhecimento. Despedi-me e fui ao governador, que logo antecipou que eu precisaria da aprovação do general, do almirante e do brigadeiro e que já havia ligado para o general, que me receberia imediatamente. Ao chegar ao gabinete do general [Amaury] Krueel, antes que eu pudesse cumprimentá-lo, adiantou: “Sete Câmara? Cobertura total, o senhor não tem que se preocupar com nada, o que precisar terá nosso apoio!” Aí fui pro hotel, liguei pro coronel Moacyr, relatei o que acontecera e disse que era uma “fria”, pois todos estavam dando apoio pra tudo... Na manhã seguinte voltei ao governador e disse que aceitaria a missão com algumas condições: reorganização administrativa, comandamento da área incluindo a polícia militar e sem interferência política. Concordei e pedi que me preparasse e que no momento adequado me avisaria, pois também precisaria de tempo para os ajustes políticos. Retornei a Brasília, informei o resultado ao diretor, que imediatamente me liberou dos encargos pendentes. Retornei a João Pessoa – a família não gostou da ideia – e de lá para Belo Horizonte, onde fui buscar a legislação (regimento, regulamento disciplinar, normas administrativas etc).

P: Porque lá tinha uma estrutura... com todos os defeitos, mas uma estrutura clássica, né?

R: Era o quê? O orçamento era da Secretaria [de Segurança], a polícia civil era um departamento, assim como a polícia técnica, medicina legal e um depósito de presos. Daí as condições impostas para aceitar o cargo alertando que o faria por escrito. Fui firme com o governador – o professor Clóvis Moraes Rego [que deixaria o cargo] era um *gentleman* e me senti envergonhado. Mas ao final deixou claro que eu poderia ficar tranquilo, pois o coronel Alacid havia lhe dado carta branca para decidir.

P: Isso foi quando?

R: Final de novembro de 1978. Tomei posse em janeiro de [19]79, três meses antes de o coronel Alacid assumir o governo. Terminada a solenidade fui direto para a secretaria. E, pra marcar posição, de pronto avisei aos ocupantes dos cargos principais que todos seriam substituídos. Ainda não sabia por quem, mas não queria que fossem pegos de surpresa. O coronel Alacid indicou-me um major do Exército para a chefia de gabinete; entrevistei alguns servidores e convidei os que me pareceram mais dispostos a promover as mudanças necessárias. Para estabelecer disciplina – não havia um regime jurídico específico para os policiais – resolvi implantar o que trouxera de Minas através de portaria, consciente da manifesta ilegalidade da medida, e mandei publicar. O fato é que o AI-7, como foi apelidado, foi posto em prática e cumprido até que a Assembleia [Legislativa] aprovasse a reestruturação da secretaria e a legislação que lhe foi proposta. Na primeira semana recebi o mandado de reintegração de posse de um conjunto habitacional que havia sido inteiramente ocupado por invasores. Antevendo problemas, consultei o general e o governador; ambos reconheceram que eu tinha um abacaxi nas mãos. Assim, liguei para o prefeito (um brigadeiro da reserva), pedi e obtive caminhões e assistentes sociais para auxiliar na remoção dos invasores. Convoquei o comandante da PM (coronel do Exército), que assegurou ter condição de dar cumprimento ao mandado sem incidentes. Mandei meu assessor convidar a imprensa falada, escrita, televisada e pedi que cobrissem a operação, garantindo que teriam liberdade total para o trabalho. Deu tudo certo, conseguimos dar cumprimento sem incidentes. A imprensa deu ampla cobertura, e você não pode imaginar o que é que isso significou.

P: Era uma época muito propícia, por causa da anistia, época da chamada redemocratização, etc. Quer dizer, isso era um exemplo, né?

R: Foi assim. A partir dali, resolvi reformular a secretaria. Preparei um anteprojeto de lei subordinando a ela polícia civil, a PM, o Detran e o Corpo de Bombeiros e instituindo um fundo de reequipamento policial alimentado pelas taxas de diversão pública, alvarás, controle de armas etc. Fortaleci o Conselho Estadual de Trânsito. Implantei a Escola de Polícia e promovi concursos.

P: Isso durante todo o exercício do governo?

R: Não, não. Preparei os anteprojetos de lei, que, após as revisões da equipe de governo, foram encaminhados à Assembleia Legislativa, que os aprovou em regime de urgência. Baixei portarias colocando as coisas no lugar, proibindo que comissários presidissem inquéritos; implantando o boletim de serviços; acabando com diárias para o plantão; eliminamos camas para os plantonistas, coisas do gênero... Claro, houve resistência, mas o “AI-7” funcionou e aos poucos as coisas se normalizaram.

Outro fato: procurei ajuda da Polícia Federal, mas [ela] já tinham problemas demais. Resolvi pregar um susto na polícia e consegui levantar quem operava o incipiente “jogo de bicho” e convoquei o corregedor ao meu gabinete: determinei que emitisse mandados de busca e apreensão e designasse equipes para cumpri-los, ao mesmo tempo em que supervisionasse pessoalmente toda a operação. Alertei que tinha “olheiros” acompanhando e queria prisões em flagrante. E na revista, se encontrarem os “gibis” dos “acertos”, queria tudo na minha mesa.

P: Era, era... eu peguei isso.

R: Jésus, acredite: cumpriram à risca a missão, trouxeram as anotações...

P: Ah, cadernetinha!

R: Tais anotações foram colocadas na minha gaveta e recomendei que o corregedor acompanhasse o andamento dos procedimentos. No início da noite, no hotel, fui procurado por dois advogados pedindo intercessão, pois seus clientes estavam todos presos. Respondi que em se tratando de processo contravencional... logo retrucaram que até aquele momento ninguém tinha feito nada. Ninguém sabia como proceder... Liguei para o delegado geral e transferi o problema. Assim, minha atitude foi só para mostrar que vinha para mudar.

P: Só pra marcar presença.

R: Aos poucos fui colocando as coisas no lugar. Por exemplo: a DEOPS [Departamento de Ordem Política e Social] expedia “autorização para funcionamento de centro de umbanda”. Baixei uma portaria delegando o controle para a Federação Espírita Umbandista de Cultos Afro-brasileiros, e recebi uma homenagem com direito a diploma. E a partir daí ninguém “bate tambor” contra mim no Pará.

P: Mas quanto tempo durou a sua administração nessa fase?

R: O professor Clóvis passou o governo dia 15 de março e eu permaneci os quatro anos do governo do Alacid. Jáder Barbalho foi eleito e me convidou a continuar, mas o prazo da cessão expirou e me apresentei em Brasília. Jésus, se me permitir, gostaria de contar um episódio significativo. Quando cheguei ao Pará não tinha a menor ideia do que era o Círio de Nazaré. Convidado para uma reunião preparatória do planejamento de segurança do evento. Reagi: pra uma procissão? Ai me avisaram que a presença era necessária, pois os três comandantes militares e os dirigentes de vários setores do Estado e do município estariam lá. Fui, ouvi, aprovei o que disseram, mas, confesso, achei que superestimavam providências para uma simples procissão. O Círio ocorre no segundo domingo de outubro e na noite anterior há a trasladação. Não dei a menor importância e no domingo fui dar uma olhada. É indescritível. Naquela época reunia cerca de um milhão de pessoas vindas de todas as partes. A corda, a berlinda e a multidão caminhando espremida ao longo de seis quilômetros; e a expressão de fé nos rostos. Foi um impacto desconcertante. Atualmente participam mais de dois milhões de pessoas. As tropas são usadas apenas para balizar o caminho e, incrível, quase não há ocorrências policiais... Desculpe-me pelo desvio, mas o fato relevante a que me refiro ocorreu por ocasião do Círio. Estavam em fase de julgamento os padres franceses presos no sul do Pará pela repressão.

P: A Secretaria participou da prisão?

R: Nem foi cientificada. Bem antes de tal operação tomara conhecimento da existência dos padres e da liderança que tinham na região. Informes assustadores davam conta de que eram subversivos... Como já ocorrera incidente com a PM no cumprimento de mandados na área, achei por bem conferir e convidei o comandante da PM para irmos até São Geraldo do Araguaia conversar com “subversivos”. Deixei claro que iríamos sem proteção, desarmados e abertos ao diálogo. Meio a contragosto concordou. Lá fomos nós até Xambioá de avião e atravessamos o Araguaia de barco. Ao chegarmos ao casebre dos padres – imagine a cena – anunciei quem éramos. Era casa de chão batido, tamboretas, redes, fogão a lenha. E com esse meu jeito de ser fui logo perguntando se eram os padres comunistas da área. E deixei claro que queria tão somente conhecer o lado deles. Desconfiados... mas no decorrer da conversa foram percebendo que nossas intenções eram sadias e fizeram uma exposição. Com mapas, fatos e dados demonstraram o descalabro dos títulos de terra superpostos, justiça distante e população paupérrima. Agradei a atenção, prometi que não autorizaria emprego de força para cumprir mandados e que faria um relato ao governador. E fiz um relatório reservado, deixando claro que não via nos padres comportamento subversivo e sim ações pastorais.

Mas voltemos ao Círio. Naquele ano a Praça da Basílica fora cercada de frades e a chegada da procissão requeria um esforço a mais do Exército, para evitar que os romeiros ficassem esmagados pela pressão quando chegasse a berlinda. Pois bem, pouco antes do dia D, o general advertiu que se não houvesse proibição da diocese sobre manifestações políticas no decorrer do Círio, o Exército não participaria da segurança. Era um problemão. Sem alternativa, liguei para Dom Alberto que me recebeu à noite em sua residência. Expus a situação e ponderei que só um documento da prelazia recomendando o não uso político do Círio, publicado na primeira página dos jornais, resolveria a questão. Sabe o que ele disse? Pasmé: “O senhor tem minha autorização para redigir a nota e publicar”. Com os cuidados devidos a nota foi redigida, revisada por um clérigo e publicada. Com ela foi resolvida a questão.

“ Quando cheguei ao Pará não tinha a menor ideia do que era o Círio de Nazaré. Convidado para uma reunião preparatória do planejamento de segurança do evento. Reagi: pra uma procissão? ”

P: E em relação aos conflitos de terra?

R: Os problemas vinham num crescendo, desde que a CVRD [Companhia Vale do Rio Doce] iniciou a mineração em Carajás; veio a estrada de ferro e atraiu gente de toda a parte para Parauapebas, que hoje é uma cidade de 150 mil habitantes. O Pará começou a se transformar... as cidades surgiam rapidamente, veio Serra Pelada. Foi uma mudança muito rápida e não havia condição de atender saúde, educação e segurança. Houve uma fermentação muito grande. Para você ter ideia, em Conceição do Araguaia havia um núcleo do Partido Comunista com uma atuação muito forte e apoio da diocese. Um dia fui conversar com o bispo. Falei sobre a

situação e o desejo de evitar o emprego da polícia e confrontos. Esclareci que o trabalho desenvolvido pela diocese contava com um advogado cuja ideologia era de contestação e que eu estava em busca de um caminho. E sugeri que repensasse a contratação dele.

P: Ele era contratado da diocese?

R: Trabalhava para a diocese. Respondeu-me que para ele não haveria problema, desde que conseguisse outro que fizesse o trabalho dele pelo mesmo preço, ou seja, de graça! Ainda não havia Defensoria Pública... Outro exemplo: fui a Marabá à procura de dom Alano Pena, que também tinha um advogado combativo. Passei antes no Comando da Brigada de Infantaria de Selva para uma visita rápida. Ao dizer ao general que ia conversar com o bispo, ele reprovou. Com esse meu jeito franco, deixei claro que minha ida era em busca um canal de diálogo que aplainasse o caminho.

P: Isso lá, em Marabá?

R: Lá, em Marabá. Fui bem recebido, conversamos bastante e mostrei o que estava acontecendo. E dei um exemplo: um conflito em andamento numa área que estava *sub judice*, aguardando apenas o mandado de reintegração de posse. Disse que havia um recurso jurídico que sobrestaria a medida, mas que o advogado não o utilizaria para que o confronto ocorresse e gerar repercussão política. Ele disse não acreditar e o desafiei a aguardar. Acrescentei que teria de autorizar a tropa da PM para assegurar o cumprimento da ordem judicial. Deixei abertos meus contatos e reafirmei a disposição de buscar soluções.

P: Olha só que interessante! Era uma tentativa de desideologizar de certa maneira.

R: Mas tinha que ser. Pelo menos tentar mostrar que o radicalismo não é bom pra ninguém. No episódio relatado, o advogado nada fez e...

P: O seu relato é muito claro, porque, naquele tempo, tinha que conversar com os militares, e eles não queriam que conversasse com o bispo, e o bispo também...

R: Jésus, era assim! E a gente ia levando desse jeito, tentando evitar problema, e sempre procurando buscar diálogo, em todo lugar. Foi nesse período que aprendi muito, Jésus. Hoje eu tenho uma visão completamente diferente. Por isso eu distingo segurança pública de polícia. Há sempre dois lados e se não cuidar dos dois, polícia sozinha jamais vai resolver o problema, a questão da violência e da criminalidade. Isso vale para qualquer lugar. O fato é que consegui dar conta do recado. E ao terminar o mandato, em [19]83, voltei para a Polícia Federal e pedi minha aposentadoria.

P: Mas a sua família tinha ido pra lá e tudo...

R: Já estava com três filhos casados. Não dava pra sair mais dali. Conclusão: voltei pra Polícia Federal. Nessa altura, o Walter Dias, já referido, estava assumindo a Coordenação Central do DPF e ponderei com o diretor geral que gostaria de me aposentar, não sem antes ser lotado na SR/PA e designado para chefiar a Coordenação Judiciária que estava vaga. Para minha alegria, desistiu de me mandar para Fortaleza e atendeu ao pedido. Assim, me aposentei na classe imediata, com um salário um pouquinho melhor. Enquanto buscava o que fazer, recebi um convite do comando da Aeronáutica para um almoço. A Aeronáutica era responsável pelo governo do Território Federal de Roraima e o ex-governador fora exonerado e o brigadeiro [Vicente de Magalhães de] Moraes o substituiria. Sua equipe era composta por militares – a maioria da ativa –, mas estava com dificuldades na área de segurança. Concordei em assessorá-los e acabei virando secretário de Segurança. Lá não tinha é nada! E novamente comecei do zero, reestruturando a secretaria através de portarias, implantando delegacias, organizando o Detran, a criminalística e medicina. Tudo em cerca de oito meses. Pouco depois um general chegou para assumir o governo de Roraima e eu me levantei e informei que sairia com o governador Moraes, pois já tinha outro convite. Fui logo convidado pela Albras – maior produtora de alumínio do hemisfério sul – para organizar sua segurança. Como tinha curso específico, comecei imediatamente a trabalhar e seis meses depois constitui uma empresa prestadora de serviços de consultoria e assessoria de segurança. Pela primeira vez na vida comecei a ganhar dinheiro. Ai vem a eleição de 1994 e o Almir Gabriel – que fora companheiro de secretaria do governo Alacid, ele na Saúde e eu na Segurança – se eleger, me chama e intima: “Quero que você...”

P: Assuma a Segurança.

R: Apelei: “Almir, eu faço qualquer coisa por você, mas, pela primeira vez eu estou faturando bem... Não me peça para sentar na cadeira...”. Retrucou que não tinha outro e ponto! Liguei para os clientes, rompi os contratos para assumir uma secretaria que me pagaria menos de 5% do meu faturamento mensal! Imediatamente formei uma equipe e elaboramos um projeto de lei dando um novo formato à segurança pública, sujeitando-a a um colégio paritário, com poder normativo, composto por representantes da

sociedade civil organizada e pelos dirigentes das instituições vinculadas, presidido pelo secretário, com uma ouvidoria independente. Oito conselheiros: quatro dirigentes das instituições e os demais indicados pela OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], SDDH [Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos], Centro de Defesa da Criança e Adolescente e pelo Centro de Defesa dos Negros.

P: Chamava Conselho Estadual...

R: ...de Segurança Pública. Quando submeti o projeto ao governador, o Almir Gabriel, ele reagiu: “Conselho normativo? São meus adversários políticos!” Retruquei que ele era democrata, que tínhamos um desafio enorme pela frente, que decisões colegiadas reduziriam resistências, evitaria conflitos... Ele ainda reticente: “Você sabe o que está fazendo?” Assegurei que sim e o projeto foi para a Assembleia, que o aprovou. O Consep está lá até hoje; porém, quando deixei a secretaria, alteraram a composição paritária. Mas nos sete anos que o presidi, e a ouvidoria independente – primeira criada por lei...

P: Ouvidoria de polícia?

R: É, ouvidoria da área de segurança – polícia civil, militar, Detran... A primeira ouvidora escolhida pelo conselho e nomeada com mandato de dois anos era uma pastora luterana, ativista radical e ousada, doutora Rosa Marga Rothe. Como seria de se esperar, a polícia ficou assustada, mas... Na primeira reunião do conselho apresentei uma minuta de regimento interno e pedi que elessem um vice-presidente. Cada grupo apresentou seu candidato e, como previsível, deu empate. Com o voto de minerva, elegi o conselheiro representante da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos. A reação do grupo da casa foi enérgica...

P: A sua opção então foi para o campo mais da sociedade?

R: Da sociedade.

P: Vamos dizer assim: um conselho do Estado, mas com participação social. E aí o pessoal brigando do lado de lá... E era realmente da Secretaria de Direitos Humanos – era assim o nome, do vice-presidente?

R: Doutor Marcelo Silva de Freitas, então presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, advogado! No princípio foi difícil. As desconfianças recíprocas... Mas com um discurso propositivo, insistindo no diálogo, advertindo que eles descobririam nos debates ser possível encontrar convergências e que o resultado seria melhor para a sociedade, aos poucos o clima foi amainando. E foi assim que conseguimos desenvolver o processo de integração operacional até o limite que a legislação permitia. Foi a partir dos debates, transformados em resoluções, que surgiram os avanços: boletim integrado, zonas de policiamento, centro integrado de operações, IESP [Instituto de Ensino de Segurança do Pará] reunindo as academias da PM, bombeiros, civil, corregedorias integradas, e por aí vai. Colocávamos as resoluções em prática e depois vinham os decretos e leis consolidando o sistema de segurança pública do Pará.

P: Mudou muito...

R: E como! Os dirigentes dos órgãos vinculados ao conselho acompanhavam as reuniões e aos poucos as resistências internas foram sendo reduzidas. E, mais importante, a sensação de que havia um direcionamento, um caminho “de integração”, operacional, em busca de resultados positivos. E assim fomos levando o processo durante oito anos. Não foi fácil quebrar barreiras etc.

“Apelei: “Almir, eu faço qualquer coisa por você, mas, pela primeira vez eu estou faturando bem... Não me peça para sentar na cadeira...”. Retrucou que não tinha outro e ponto!”

P: Foram dois mandatos?

R: Foram dois mandatos. O governador foi reeleito e criou as secretarias especiais para descentralizar a gestão. Estas coordenavam secretarias e os órgãos afins. Assumi a Secretaria Especial de Defesa Social, que reunia o sistema de segurança, a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública, o sistema prisional e o Instituto de Metrologia – ao todo, dez órgãos. E um Estado com as dimensões do Pará – em seu território cabem Minas, São Paulo e Paraná –, em plena ebulição com o fluxo de migrantes, grandes projetos e carências mil, haja disposição e criatividade. Recorri à informática, mas as dificuldades eram muitas. Os bancos de dados da identificação civil, dos boletins de ocorrência, do CIOP [Centro Integrado de Operações] e do Detran não facilitavam o trabalho da

inteligência e as estatísticas deixavam a desejar. Mas tinha consciência que não éramos exceção. As dificuldades eram enormes. Por exemplo: houve uma denúncia da ouvidora de que a polícia estava matando demais, e a polícia contestava os dados. Resolvi descobrir e reuni a equipe da casa (assessores e técnicos). Partindo no noticiário da imprensa, recolhemos os registros de ocorrência, cópia dos laudos da medicina legal e da criminalística e dos inquéritos instaurados. Um dossiê foi reunido com toda a documentação, preparamos um relatório e o incluí na pauta do conselho. O assessor avisou a imprensa que havia novidades. No plenário, li uma síntese e distribuí para um relator. A relação nominal das vítimas e 90% dos casos não tinham inquéritos nem autos de resistência, nada. E tudo comprovado, sabe, tudo... O conselho determinou à corregedoria que instaurasse tantos inquéritos quantos fatos levantados e lembrei aos conselheiros que eles tinham prerrogativa legal para acompanhar o andamento dos procedimentos. Com isso ambos os lados tiveram a demonstração de que nossa administração era séria e decidida. Mas quero lhe dizer que ao terminar o mandato fiz uma reflexão sobre que foi realizado; e a conclusão a que cheguei é que, apesar de todos os avanços, que apesar de tudo, todo esforço feito com a integração, compra de equipamentos, formação de pessoal, de tudo, enfim, o resultado foi pífilo. Por quê? Porque não conseguimos resultados eficazes na redução da violência e da criminalidade. E tal ocorreu não só no Pará. Nenhum Estado logrou êxito. Por quê? Porque ficaram de fora as ações que inibem o antes das ocorrências e a conclusão do depois. Sem essas ações a repressão policial não é eficaz. Você pode ter a polícia mais preparada e equipada do mundo que o resultado do trabalho não aparece.

Veja um caso de homicídio com um inquérito que reúne provas e aponta o indiciado. Sem a denúncia, o julgamento, a sentença cumprida e, por outro lado, sem identificação das causas, sem ações inibidoras ou eliminação das facilidades para a prática do ato, o Estado continua ineficaz. Em outros termos, sem as ações preventivas e sem a punição do culpado, a sociedade continua insegura. Em síntese: a incompetência é da segurança pública. É aí, Jéssus, minha frustração: após 13 anos como vitrina da segurança pública, sou um incompetente! Mesmo quando procuro alertar os estudiosos sobre a equivocada visão de que "segurança pública é sinônimo de polícia", de que o complemento do artigo 144 da Constituição instituindo que "será executada pela polícia" limita as ações proativas e reativas indispensáveis à segurança, de que já passou da hora de mudar o foco, os doutos estudiosos fazem ouvidos moucos. Começo a crer que estou ultrapassado e que a idade já está cobrando... Veja, tentei alertar o colega que fez o plano de segurança para o Aécio...

P: Cláudio Beato.

R: Sim, que seu planejamento está muito bom, mas não considerou que o foco da segurança pública deve se voltar para o município, onde a violência e a criminalidade ocorrem.

P: A impressão que eu tenho, acho que bate com as suas observações, é de que o tal do sistema de segurança pública é totalmente orientado para um dos sistemas que é importante para a segurança pública, o sistema punitivo.

R: Exato, foca a reação.

P: O sistema punitivo parece que está no núcleo. Você fala com a PM, com a polícia civil, com a Polícia Federal, com a rodoviária federal, está todo mundo mirando sempre o juiz, lá na ponta, o promotor. Quando você fala que tem um mundo antes e tem um mundo depois, a gente imagina que teria de deslocar um pouco a centralidade do mundo punitivo, sem afastá-lo, porque é necessário responsabilizar pessoas violentas. Mas dá a sensação que esse sistema acaba idolatrando muito certas figuras, tudo é judicializado, não tem um caminho. O sistema é muito orientado para repressão. Então, como é que eu desconstruo isso?

R: Jéssus, a única forma é aceitar o princípio de que segurança é essencialmente prevenção. Seu conceito técnico é "ausência de risco". Assim, quando ocorre um delito a segurança já falhou!!! É como na saúde. Mas insistem em acreditar que a solução consiste na repressão. Daí, as aulas de direitos humanos não serem incorporadas pelo policial ao seu dia a dia e, logo, esquecidas.

P: E tem muita escola que ensina o contrário.

R: Pois é, então ou você muda isso... E um obstáculo é o corporativismo enraizado nos policiais, ou melhor, na sua "autoridade". E em todos os níveis da polícia. Quando no Pará, quando instituímos uma autarquia para gerenciar a criminalística e a medicina legal houve uma grita nacional! Custaram a aceitar que não afetava a independência pericial. A autonomia era apenas administrativa, para facilitar a gestão, tendo orçamento próprio e receita para prestação de serviços ao cidadão, sem prejuízo para a missão principal de atendimento das requisições policiais e judiciais.

P: O custo é altíssimo, na folha, inclusive.

R: Assim como o custo das folhas de pagamento das polícias civil e militar, com desvios de função etc. É comum ouvir: "Ah, o que fazer? Acabar com isso?" Em 1979 não acabaram com as guardas civis, que eram os braços fardados das polícias? E o que

aconteceu? Criaram mecanismos permitindo que seus quadros optassem: uns para a civil, como investigador, e fizeram adaptação...

P: Uns foram pra PM.

R: Foi assim e logo tudo se acomodou. Eu, honestamente, não sei...

P: É, tem técnicas pra isso. Mas num país como o nosso, tão grande, com [mais de] 5.500 municípios, a questão é a seguinte: existem alguns cientistas políticos ou sociólogos; enfim, falam que são muitos Brasis, inclusive aquele [Edmar Lisboa] Bacha cunhou a expressão “Belíndia”^[iv] pra falar que o Brasil é um pouco Bélgica e um pouco Índia; e a pergunta é: pra gente tratar esse tema nosso, da violência, do crime e da criação das condições de segurança pública, nós não teríamos de agrupar essas realidades, por assim dizer, em municípios menores?

R: Sou mais radical. São muitos municípios. O caminho passa [então] pelo restabelecimento da federação em seus três níveis. Sem nenhuma justificativa a Constituição [de 1988] retirou os municípios da partilha de competências e recursos. Meu Deus, é onde a população vive, reside, trabalha, produz e é onde a insegurança campeia! E os mais de 5.500 municípios têm características sociais, históricas, econômicas e geográficas que influenciam o comportamento individual de seus habitantes e onde ocorre a totalidade dos crimes comuns. Assim, o enfrentamento desse tipo de crime e o oferecimento da proteção a que o cidadão tem direito exigem decisão, organização e fiscalização local. Daí a necessidade de restabelecer seu poder de legislar sobre segurança e paz pública. E também dispor dos correspondentes órgãos dos sistemas pertinentes: judiciário, Ministério Público e [sistema] prisional. E todos sob controle da sociedade local. [Isso] Enxugaria as megainstituições estaduais e os milhões de processos estocados nos cartórios judiciais. E tornaria eficaz o serviço que prestam, né mesmo? Hoje, as instituições estaduais se agigantaram e os resultados de tais serviços estão aí. E ainda falam em unificar as polícias... Não percebem que há crimes federais que exigem enfrentamento específico, cujo *modus operandi* nada tem a ver com os enfrentamentos dos delitos estaduais que, por sua vez, requerem unidades especializadas e formação própria, que em nada se assemelham às das polícias de base (os distritos policiais, as delegacias de polícia do interior, o patrulhamento ostensivo e assim por diante), cuja missão é de proteção do cidadão e enfrentamento do crime comum.

P: É o chão de fábrica.

R: É o chão de fábrica: homicídio, furto, assalto, estupro... é onde o cidadão espera ser atendido, a ter resposta! Acho que precisamos alertar que o caminho que estamos seguindo não nos leva a lugar algum. Precisamos que a União trace uma linha política, os Estados a adaptem à sua realidade, bem como os municípios. Claro que estes, em sua maioria, requereriam apoio técnico pra se organizar de acordo com a comunidade e a situação locais. E difícil? Mas... Poderia dar vários exemplos...

P: É, são muitas histórias, muita coisa.

R: A gente vai aprendendo com o que a vida nos ensina. Buda, os filósofos gregos e romanos nos alertaram que a virtude está no meio. É tempo de sair dessa dicotomia de A ou B, PM ou civil, militariza ou não... Aliás, é bom lembrar que nenhum governador abre mão da força pública. A PM foi criada como tal e os Estados abrem mão dela. É sua força, é quem viabiliza as decisões do legislativo, do judiciário e do executivo. É quem restabelece a ordem pública e promove o policiamento de massa. E faz parte da nossa história! Lá no Pará, nos limites do possível, especializei suas funções com a criação de três grandes comandos. O de Missões Especiais, reunindo as unidades que atuam como tropa, na capital e no interior, com treinamento, armamento e disciplina militar, sua missão tradicional. Outro reunindo as unidades que prestam serviços de polícia especializada, como rodoviária, ambiental etc. E o terceiro, reunido as unidades de policiamento ostensivo. O objetivo era especializar a gestão, desde a seleção e formação a modelo operacional de proteção e enfrentamento do crime comum – não combate e muito menos emprego de armas pesadas. E aos poucos, alterando a estrutura desses batalhões com a implantação das zonas de policiamento nas mesmas circunscrições das delegacias. Com isso o planejamento operacional na ponta passou a ser setorizado. No início houve reação de alguns oficiais superiores, mas consegui a criação de cargos em comissão (DAS) para os comandos de zonas e, aos poucos, eles foram cedendo.

P: Interessante.

R: O triste, Jéssus, é que todo esse esforço foi deteriorando após minha saída, por falta de firmeza e cobrança. Mas queria lhe falar sobre o 1º Fórum Nacional de Segurança Pública e Cidadania, organizado em 2000 por Demóstenes Torres, então secretário [de Segurança Pública] de Goiás. Àquela altura havia uma insatisfação contra o governo federal, que insistia em dizer que segurança pública era problema dos Estados e não no singular, Estado, ou seja, a União, os Estados e os municípios! A Senasp não tinha poder nem dinheiro, falava numa pseudopolítica de segurança que nunca saiu do papel. Então secretários, comandantes e delegados

gerais promoveram uma reunião fechada para discutir os pontos a serem apresentados ao ministro da Justiça que estaria presente. Antes de trancarem a porta, o doutor Gregori, secretário de Direitos Humanos, entrou sem ser notado. Como sempre acontece nesse tipo de reunião, muitos falam. Tomei o microfone e inflamei o grupo. Disse que estava na hora de tomarmos uma atitude e apertar o governo federal. Com isso decidiram escrever uma carta a ser entregue ao ministro. Criaram uma comissão e a redação sobrou pra mim, um coronel da PM do Paraná e o comandante do CBM [Corpo de Bombeiros Militar] de Goiás. Conseguimos um local e iniciamos a redação, com respeito, mas deixando manifesta nossa posição de repúdio ao governo federal. De repente, entra o Demóstenes dizendo que o governador ligara pedindo para colocar “panos quentes” porque... e outros secretários foram chegando com a mesma orientação dos respectivos governadores. Inclusive o meu me telefonou recomendando cuidado com o que estava fazendo, pois não podíamos “peitar” o presidente da República. Retruquei: “Governador, estou só traduzindo o sentimento...” Maneiramos o texto, mas registramos a insatisfação do grupo. Todos assinaram e o documento foi entregue ao ministro. Bem, uns 20 dias depois disso José Gregori assume o Ministério da Justiça. Tão logo tomou posse, solicitei uma audiência com o ministro. Recebeu-me sentado em sua mesa e fui logo ousando: “Senhor ministro, o senhor concordaria em ter uma conversa franca, não como ministro e secretário, mas duas pessoas preocupadas com a situação da segurança no Brasil?”. Ele virou a cadeira para o lado: “Pois não”. Aí entrei forte e disse, mais ou menos, que “[...] o ministério tem Denatran, Senasp, Depen e outros que atuam em segmentos da segurança pública, mas não conversam entre si! Tomam decisões isoladas sem nenhum direcionamento, constroem cadeias onde não precisa; baixam normas sem medir consequências sobre a segurança.” Enfim, que era tempo de botar ordem na casa. Falei do Fistel, dos impostos que oneravam a municição das polícias; mostrei que o ministério tinha o fundo penitenciário que a União desvia pra pagar dívidas, ao invés de aplicar. Assim, com esse vocabulário singelo, e ele ficou ouvindo. Num dado momento ele pegou o lenço e atirou ao chão, dizendo: “Eu jogo o lenço!”; nesses termos: “Eu jogo o lenço!” Jésus, levei um choque e imaginei que passara dos limites. Ai, calmamente disse que estava organizando sua equipe e que buscava alguém para assessorá-lo na área de segurança pública. Aí eu gelei e, precipitadamente, falei do meu compromisso com Almir Gabriel, que me colocava à sua disposição, menos para ocupar cargos. Perguntou-me se conhecia alguém, se teria um nome... Não tinha e voltei pro Pará. Pouco tempo depois, o governo federal lançou o Fundo e o Plano Nacional de Segurança [Pública]. Quando o ministro visitou o Pará, em duas oportunidades, disse textualmente que aquela reunião de Goiânia tinha detonado o processo que acabou gerando o fundo. No dia que ele transferiu o cargo para Aloysio Nunes estávamos todos no auditório e, em seu discurso de despedida, creditou os méritos pela criação do fundo à reunião de Goiás. Como você vê, Jésus, apesar desse jeitão simplório de ser, participei de eventos que alteraram um pouquinho o curso da gestão de segurança no Brasil.

Relato sobre Eldorado dos Carajás

Em 1996, durante o mandato de Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara como secretário de Segurança Pública do Pará, houve confronto entre a polícia militar e os trabalhadores rurais sem terra que bloqueavam a rodovia PA-150 demandando a desapropriação da fazenda Macaxeira, em Curionópolis. A ação de desobstrução da rodovia por parte da polícia teve um saldo de 19 manifestantes mortos, vários deles com característica de execução, e cerca de 70 feridos. Depois de horas de entrevistas gravadas, diante de nosso pedido por uma nova conversa em que pudéssemos abordar o assunto, Paulo Celso Sette Câmara optou por enviar o relato abaixo a respeito dos acontecimentos.

“Até aquele fatídico episódio a gestão da segurança pública no Pará estava indo muito bem. Atendendo às diretrizes do governador, conforme o programa de governo, mudamos radicalmente a atuação da área de segurança para lidar com os conflitos fundiários e as questões sociais em geral. Em todos os procedimentos ligados a questões fundiárias, o Iterpa[v] e o Incra[vi] foram instados a buscar alternativas para os invasores. Paralelamente, eram realizados contatos com lideranças em busca de saídas negociadas para evitar confrontos. Foi criada uma unidade especializada da polícia civil – a Delegacia de Conflitos Agrários (Deca). Ao mesmo tempo, a secretaria buscava transparência das operações para que a sociedade pudesse avaliar o desempenho do sistema de segurança pública – a imprensa, em todos os episódios, teve a mais ampla liberdade de cobertura.

A partir do esvaziamento de Serra Pelada e do enorme fluxo de migrantes do Nordeste, em especial do Maranhão, pela ferrovia Vale do Rio Doce para a região de Carajás, foi criado um clima propício para tensões sociais. Já no início daquela década surgiram os primeiros conflitos no “Cinturão Verde” da Vale e em 1994 os sem terra já haviam ocupado por mais de seis meses a regional do Incra de Marabá. Durante minha gestão foram feitas inúmeras reuniões administrativas, inclusive com a presença de autoridades federais, em busca de alternativas para resolver ou contornar as crises. Em meados de 1995 invasores armados se entrincheiraram na fazenda Rio Branco, na expectativa de confronto. Requerida força policial para cumprir mandado judicial, aguardamos as medidas administrativas do Incra. Depois de meses de espera houve a aquisição da área para assentamento dos ocupantes. No mesmo ano, foi bloqueada a rodovia PA-275 para chamar atenção da opinião pública para a demora do Incra. Em um dos deslocamentos os manifestantes do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] armados ficaram frente a frente com a tropa do Exército, que se movimentava no sentido oposto. Ambos cederam espaço e não houve incidentes.

Em dezembro, novamente, a mesma rodovia foi bloqueada e mais uma vez foi liberada com a intermediação da PM. Já em março de 1996 houve uma tentativa de invasão da fazenda Macaxeira. A ação foi obstada pela negociação de um prazo para solução do impasse, realizada com a participação da polícia militar, que levou equipe médica e alimentação para os invasores. Na manifestação seguida de saque em Curionópolis, ocorrida em abril, a polícia foi orientada a não reagir para evitar incidentes. Em seguida, os sem terra iniciaram a marcha para Marabá, com alternadas interdições da rodovia PA-275, passando por Eldorado de Carajás, sem registro de incidentes e sempre acompanhados pela PM. No dia 16, já confirmado o encontro dos líderes com o superintendente regional do Inbra, no escritório de Marabá, o MST, no início da tarde, inexplicavelmente promoveu a interdição da PA-150, no trecho denominado “Curva do S”, distante cerca de 12 quilômetros de Eldorado do Carajás. A PA-150 é a única via de acesso entre o sul e o norte do Estado. Não havia nenhuma alternativa de alimentação e hospedagem para os transeuntes em caso de bloqueio demorado e Eldorado era uma cidade em formação, com casas de madeira, sem serviços básicos como hotéis e restaurantes. As cidades mais próximas – Xinguara e Marabá – ficam a mais de 80 quilômetros de distância. Assim, dei a ordem para a desinterdição.

O governador, naquela mesma tarde, recomendou que eu orientasse o negociador a informar aos líderes a decisão do Inbra em liberar o complexo Macaxeira ainda naquele final de semana^[vii]. Como em todas as oportunidades anteriores, a negociação ocorreu, coberta pela imprensa, com sucesso e a rodovia foi liberada. No dia seguinte, a rodovia foi novamente bloqueada pelo MST, no mesmo lugar e novamente ordenei a desinterdição. Na oportunidade, comentei sobre a importância da presença da imprensa no local para registrar o trabalho da polícia. Foi um dia normal e em nenhum momento passou pela minha cabeça a probabilidade de confronto violento. Somente à tarde, por volta das 17h40, fui surpreendido por um telefonema do coronel Fabiano Lopes, comandante geral, informando que um incidente ocorrera no desenrolar da operação, com cinco policiais feridos e um morto da parte dos manifestantes.

Partindo do pressuposto de que algo inesperado, como uma emboscada, acontecera, imediatamente determinei ao delegado geral da Polícia Civil que deslocasse para a área uma autoridade policial com a missão de apurar com o máximo rigor o que ocorrera, tendo sido designado o delegado regional de Marabá. Em seguida solicitei ao subprocurador geral de Justiça que autorizasse o promotor de Marabá a acompanhar as diligências da polícia. De imediato, ambas as autoridades seguiram para a área do conflito. Quando soube que uma repórter havia sido detida determinei a imediata liberação e devolução dos seus equipamentos; e naquela hora suspeitei de que algo mais grave tinha acontecido. Foi só à noite falando com um assessor da delegacia de polícia de Curionópolis, que tomei conhecimento da extensão da tragédia. Falando diretamente com o delegado, este me informou o número de mortos e que a PM havia recolhido os corpos e os feridos ao hospital e abandonado a cidade. A polícia civil tentava conter os familiares e manter a ordem. Repassei ao comandante geral da PM as informações e recomendei o deslocamento de efetivo de Parauapebas para o hospital.

Coloquei então à disposição das polícias civil e militar os recursos necessários ao bom andamento dos inquéritos policiais e desenvolvimento das apurações. Determinamos absoluta transparência, facilitando o acompanhamento das diligências não só pelo Ministério Público como pelas organizações não governamentais. Solicitamos informalmente o apoio da Polícia Federal e do Exército na coleta de informações que levassem ao esclarecimento da verdade.

Por sugestão da Polícia Federal, entramos em contato com o reitor Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] solicitando a reavaliação dos laudos periciais emitidos pelos Institutos de Medicina Legal e Criminalística, bem como uma análise do material de vídeo gravado pela jornalista que cobriu a área. Solicitei também à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados uma cópia do relatório da comissão parlamentar que esteve na área do conflito, bem como cópia do laudo emitido pelo professor e legista Dr. Nelson Massini^[viii].

Nos estritos limites da competência legal, cabe ao secretário definir o que fazer na sua área de atuação. No caso em tela, a desinterdição da rodovia era necessária e única alternativa possível para assegurar o direito constitucional de livre circulação de pessoas e bens. A definição sobre quem deveria dar cumprimento à missão coube ao comandante geral da Polícia Militar, e ele designou a maior autoridade militar de sua corporação na área para cumpri-la. Já, no tocante a como realizar a missão, compete exclusivamente ao comandante da operação, à luz das circunstâncias e das condições locais, nos limites dos meios disponíveis e dentro das diretrizes traçadas pela instituição, decidir quanto à forma e à oportunidade de agir. Isto posto, só nos resta lamentar o episódio que denegriu o esforço que ao longo desses 14 meses – buscando mudar comportamentos e rever procedimentos do aparelho policial, cumprindo sua diretriz de discutir segurança pública com a sociedade civil à procura de um caminho novo, lançando-nos de ponta-cabeça no projeto de mudança estabelecido no plano de governo –, lamentar que essa tragédia tenha se dado exatamente em nossa área. E, finalmente, lamentar não termos, eu e o comandante da PM, tido a faculdade da premonição e designado outro oficial para o comando da operação, evitando esse episódio”.

¹ Essa entrevista com Paulo Sette Câmara foi publicada originalmente em 2015 no livro *“Polícia e Democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças”*

Delegado da Polícia Civil em Minas Gerais e membro do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

[i] A delegacia tem sua origem no Serviço de Polícia Política do Estado de Minas Gerais, com a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, em 1927. O órgão – cujas principais atribuições eram a manutenção da ordem pública, a garantia dos direitos individuais e a investigação de crimes contra a vida e a integridade física – foi extinto em 1931, sendo suas funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político transferidas para a Delegacia de Ordem Pública (DOP).

Em 1956, a DOP deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=19.

[ii] Na década de 1950, durante o governo Dutra, foi formada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento econômico. A iniciativa baseava-se em um dos pontos enunciados por Harry Truman em seu discurso de posse para o segundo mandato como presidente dos EUA, em 1949. O ponto IV se referia ao plano de assistência técnica para a América Latina.

[iii] Arcebispo de Olinda e Recife, posicionou-se contra o regime militar e tornou-se líder pelos direitos humanos.

[iv] O termo foi popularizado pelo economista em 1974, na fábula *O rei da Belíndia*, um país fictício, ambíguo e contraditório, “conjunção” ideológica da Bélgica com a Índia, com leis e impostos do primeiro país (pequeno e rico) e realidade social do segundo (imenso e pobre). O principal argumento da obra era a criação, pelos militares, de um país dividido entre os que moravam em condições similares à Bélgica e aqueles que tinham o padrão de vida da Índia. Duas décadas depois Bacha integrou a equipe que instituiu o Plano Real.

[v] O Instituto de Terras do Estado do Pará é uma autarquia estadual responsável pela execução da política agrária.

[vi] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da administração pública brasileira.

[vii] Naquele momento a fazenda Macaxeira estava ocupada por aproximadamente 1.500 famílias.

[viii] Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi indicado para o caso pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

<https://backup.forumseguranca.org.br/especial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f-4ydkp-d8a7c-xs2f8>

